

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

**Demonstrações financeiras de acordo com as práticas
contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de
2022 e 2021.**

(Em Reais).

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Blumenau – SC, 25 de abril de 2023.

Aos acionistas da

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

Senhores Acionistas,

A Administração da **SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras ao período de 01 de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 5 de setembro de 2012 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo a exploração do negócio de I- securitização de direitos creditórios comerciais e industriais, financeiros, agronegócios e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos imobiliários, II- emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de Certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”), III- prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários, IV- prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operação no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; V – Emissão de debêntures em regime distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76. IV realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores relacionados à atividade de securitização de créditos.

Atenciosamente,

SEC CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS S/A

Diretor Presidente
Sidení Moratelli

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Balanço Patrimonial dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	683.002	344.555
Direitos creditórios a receber	6	141.238.554	116.961.675
Impostos a recuperar		10.752	10.222
Outros Créditos	7	695.028	640.684
Total do Ativo Circulante		142.627.336	117.957.136
Ativo Não Circulante			
Imobilizado		9.389	4.550
Total do Ativo Não Circulante		9.389	4.550
Total do Ativo		142.636.725	117.961.686
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Valores a repassar a clientes	8	325.783	196.521
Obrigações com fornecedores			5.000
Obrigações Tributárias		2.575	2.612
Total do Passivo Circulante		328.358	204.133
Passivo não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	9	142.287.358	117.741.527
Total do Passivo Circulante		142.287.358	117.741.527
Patrimônio líquido			
Capital social	10	443.141	2.000
Debêntures conversíveis em ações			443.409
Prejuízos acumulados		(422.132)	(429.383)
Total do patrimônio líquido		21.009	16.026
Total do Passivo		142.636.725	117.961.686

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de Securitização		81.753	495.236
Receita de Serviço		99.095	234.020
(-) Custo de Captação		(9.099)	(486.806)
(-) Impostos e Contribuições		<u>(10.503)</u>	<u>(21.730)</u>
Receita operacional líquida		<u>161.246</u>	<u>220.720</u>
 Lucro bruto		 <u>161.246</u>	 <u>220.720</u>
 (Despesas) / Receitas operacionais		 <u>(132.759)</u>	 <u>(208.926)</u>
Despesas gerais e administrativas		(132.759)	(208.926)
 Lucro antes do Resultado Financeiro	11	 <u>28.487</u>	 <u>11.794</u>
 Despesas financeiras		(22.083)	(28.269)
Receitas financeiras		<u>2.311</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	12	<u>(19.772)</u>	<u>(28.269)</u>
 Resultado antes das provisões		 <u>8.715</u>	 <u>(16.475)</u>
 (-) Provisão para IRPJ e CSLL		(1.464)	(1.019)
 LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		 <u><u>7.251</u></u>	 <u><u>(17.494)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	8.715	(16.475)
Ajustado por:		
Remuneração de Debentures	9.099	37.183
Ajuste de exercício anterior		
	17.814	20.708
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios a receber	(24.276.879)	(93.611.589)
Impostos a recuperar	(530)	3.627
Outros créditos	(54.344)	(627.356)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Valores a repassar para clientes	129.262	(129.422)
Obrigações com fornecedores	(5.000)	5.000
Obrigações Tributárias (exceto IR e CS)	(38)	(10.370)
Caixa proveniente/(usado) nas operações	(24.189.715)	(94.349.402)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.464)	(1.019)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(24.191.179)	(94.350.421)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.839)	(4.550)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(4.839)	(4.550)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes Relacionadas		
Integralização de Capital Social	441.141	
Resgate de Títulos e valores mobiliários	(453.876)	(320.995)
Ingressos decorrentes da emissão de debêntures	24.547.200	94.564.945
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	24.534.465	94.243.950
Aumento / (Diminuição Líquida de caixa e equivalentes de caixa)	338.447	(111.021)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	344.555	455.576
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	683.002	344.555

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Debentures Conversíveis em ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.000	(18.000)	406.226	(411.889)	(3.663)
Resultado do período				(17.494)	(17.494)
Remuneração debêntures conversíveis			37.183		37.183
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.000	(18.000)	443.409	(429.383)	16.026
Resultado do período				7.251	7.251
Integralização de capital	441.141		(443.409)		(2.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	461.141	(18.000)	-	(422.132)	21.009

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período
findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais).**

1. *Contexto Operacional*

A SEC CIA Securitizadora de Crédito, é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, constituída em 02 de agosto de 2012, de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social a exploração do negócio de I- securitização de direitos creditórios comerciais e industriais, financeiros, agronegócios e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos imobiliários, II- emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de Certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), III- prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários, IV- prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operação no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; V – Emissão de debêntures em regime distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76. IV realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores relacionados à atividade de securitização de créditos. Tem sede na Rua Almirante Barroso, nº 1265, Sala 03, Bairro Vila Nova, cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, CEP: 89.035-402.

2) *Riscos*

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2023, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em

assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

CPC 24 – Evento subsequente

CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em

conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

4.4.1 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido- correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.4.2 Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa

assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Evento Subsequente

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários à vista	500.795	344.555
Aplicação Financeira	182.207	
Total de caixa e equivalentes de caixa	683.002	344.555

6. DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de custo de aquisição dos Direitos creditórios. A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Direitos Creditórios Lastro da 2ª emissão de debentures	330.677	528.803
Direitos Creditórios Lastro da 3ª emissão de debentures	3.600.000	3.600.000
Direitos Creditórios Lastro da 4ª emissão de debentures	10.902.786	10.900.786
Direitos Creditórios Lastro da 5ª emissão de debentures	3.504.135	3.502.135
Direitos Creditórios Lastro da 6ª emissão de debentures	1.001.000	1.001.000
Direitos Creditórios Lastro da 7ª emissão de debentures	603.150	603.150
Direitos Creditórios Lastro da 8ª emissão de debentures	4.660.312	4.660.312
Direitos Creditórios Lastro da 9ª emissão de debentures	2.102.300	2.102.300
Direitos Creditórios Lastro da 10ª emissão de debentures	1.205.531	1.205.531
Direitos Creditórios Lastro da 11ª emissão de debentures	756.882	756.882
Direitos Creditórios Lastro da 13ª emissão de debentures	70.751.794	65.568.119
Direitos Creditórios Lastro da 14ª emissão de debentures	17.252.233	17.252.233
Direitos Creditórios Lastro da 15ª emissão de debentures	761.264	761.264
Direitos Creditórios Lastro da 16ª emissão de debentures	207.809	207.809
Direitos Creditórios Lastro da 17ª emissão de debentures	268.870	268.870
Direitos Creditórios Lastro da 18ª emissão de debentures	823.450	809.135
Direitos Creditórios Lastro da 19ª emissão de debentures	3.195.237	3.195.237
Direitos Creditórios Lastro da 20ª emissão de debentures	241.429	38.109
Direitos Creditórios Lastro da 21ª emissão de debentures	19.069.695	
Total de Direitos Creditórios a receber	141.238.554	116.961.675

7. OUTROS CRÉDITOS

A rubrica de outros créditos contempla a prestação de serviços e as despesas pagas antecipadamente, no valor de R\$ 695.028 (31/12/2021 – R\$ 640.684).

8. VALORES A REPASSAR A CLIENTES

A conta “Valores a Repassar a Clientes” está composta por valores recebidos, que permanecem a pagar as empresas originadoras dos direitos de créditos. Em 31/12/2022 R\$ 325.783 (em 31/12/2021 – R\$ 196.521).

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia realizou 21 emissões privadas de debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 permaneciam em aberto dos seguintes saldos:

Descrição	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Valor	31/12/2022	31/12/2021
3 ^a Emissão de Debêntures	23/04/2019	22/04/2023	400	4.000.000	3.699.710	3.699.710
2 ^a Emissão de CRI	20/03/2019	20/07/2020	1	838.513		3.670
4 ^a Emissão de Debêntures	05/02/2020	20/01/2022	12.000	12.000.000	11.123.000	11.117.000
5 ^a Emissão de Debêntures	28/02/2020	27/02/2022	3.800	3.800.000	3.334.596	3.328.596
6 ^a Emissão de Debêntures	07/12/2020	07/12/2022	1.200	1.200.000	1.026.783	1.023.783
7 ^a Emissão de Debêntures	15/12/2020	15/12/2022	650	650.000	607.128	604.128
8 ^a Emissão de Debêntures	22/12/2020	22/12/2022	6.000	6.000.000	4.664.737	4.661.737
9 ^a Emissão de Debêntures	23/12/2020	22/12/2022	2.400	2.400.000	2.243.668	2.208.668
10 ^a Emissão de Debêntures	11/01/2021	11/01/2023	4.300	4.300.000	1.221.000	1.218.000
11 ^a Emissão de Debêntures	25/01/2021	25/01/2023	1.000	1.000.000	804.488	804.488
12 ^a Emissão de Debêntures	18/03/2021	17/03/2023	4.500	4.500.000	87.560	87.560
13 ^a Emissão de Debêntures	20/04/2021	19/04/2026	72.000	72.000.000	71.401.688	66.214.187
14 ^a Emissão de Debêntures	20/04/2021	19/04/2023	20.000	20.000.000	17.253.000	17.253.000
15 ^a Emissão de Debêntures	17/05/2021	16/05/2023	800	800.000	783.000	783.000
16 ^a Emissão de Debêntures	05/07/2021	04/07/2023	190	190.000	190.000	190.000
17 ^a Emissão de Debêntures	03/09/2021	02/09/2023	350	350.000	292.000	292.000
18 ^a Emissão de Debêntures	10/09/2021	09/09/2023	1.000	1.000.000	851.000	851.000
19 ^a Emissão de Debêntures	20/09/2021	19/09/2023	3.500	3.500.000	3.250.000	3.250.000
20 ^a Emissão de Debêntures	19/10/2021	18/10/2023	10.000	10.000.000	376.000	151.000
21 ^a Emissão de Debêntures	17/02/2022		22.000	22.000.000	19.078.000	
Total de títulos e valores mobiliários					142.287.358	117.741.527

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 461.141,62 (quatrocentos e sessenta e um mil cento e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos), representado por 461.141 (quatrocentas e sessenta e uma mil cento e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital Social a Integralizar – O saldo de Capital Social a integralizar é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Prejuízos Acumulados - A conta de Resultados Acumulados se encontra com prejuízos acumulados em virtude dos resultados negativos dos últimos exercícios.

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

A Companhia tem expectativa de reversão do prejuízo nos próximos exercícios, pela valorização da carteira de Direitos Creditórios, que atualmente é mantida a custo de aquisição. O prejuízo total acumulado é de R\$ 422.132 (31/12/2021 - R\$ 429.383).

11. RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais	161.246	220.720
Receita de securitização	81.753	495.236
Receita prestação de serviços	99.095	234.020
(-) Custos da captação de recursos	(9.099)	(486.806)
(-) ISQN S/Serviços	(2.523)	(11.196)
(-) PIS	(1.116)	(1.310)
(-) COFINS	(6.864)	(7.418)
Despesas Operacionais	(132.759)	(208.926)
Despesas gerais e administrativas	(132.759)	(208.926)
Resultado operacional líquido	28.487	11.794

12. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras	2.311	
Rendas sobre aplicações financeiras	2.311	
Despesas Financeiras	(22.083)	(28.269)
Despesas bancárias	(22.083)	(28.269)
Resultado operacional líquido	(19.772)	(28.269)

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais

SEC CIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS

CNPJ/MF: 16.944.190/0001-35

de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 3.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

Títulos e valores mobiliários (notas 6 e 9): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022.

Blumenau - SC, 25 de abril de 2023.

Sidení Moratelli
Diretor Presidente

Juliano dos Santos Machado
Contador
CRCPR 51.229/O-8